

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

**REQUERIMENTO Nº\_\_\_\_\_ DE 2008.**

(Do Senhor Praciano)

Requer realização de um Seminário para discutir sobre a Proposta de Reforma Tributária recentemente encaminhada à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo, devendo o seminário contar com a participação de representantes da equipe econômica do Governo Federal, bem como de representantes da Sociedade Civil.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito que esta Comissão, ouvido o plenário, organize um seminário de parlamentares, de representantes do Governo Federal e de representantes da Sociedade Civil, para discutir sobre a Proposta de Emenda Constitucional que altera o Sistema Tributário Nacional, encaminhada a esta Casa no final de fevereiro do presente ano.

**JUSTIFICATIVA**

Somos sabedores que, antes de encaminhar a esta Câmara dos Deputados o projeto de reforma tributária, o Poder Executivo ouviu empresários, governadores, prefeitos, sindicalistas e outros representantes da sociedade.

Apesar disso, há, ainda, um pequeno temor por parte de setores da sociedade civil, de que, ao final, as medidas constantes da referida Proposta de Reforma Tributária não se mostrem suficientes para corrigir as distorções do atual sistema nacional de tributação.

Os veículos de informação de todo o país, de modo geral, reconhecem que a Proposta de Reforma Tributária encaminhada a esta Casa traz avanços (unificação de impostos, simplificação do pagamento e da arrecadação de tributos, desoneração de investimentos, etc) embora afirmem que a mesma precisa ser aprimorada.

Se, realmente, alguma coisa tiver de ser aprimorada na Proposta de Reforma Tributária, por parte dos parlamentares desta Casa ou do Senado Federal, isso exigirá um prévio e amplo conhecimento de seus efeitos e de seus impactos – positivos ou negativos – principalmente para os setores produtivos da sociedade.

Uma vez que o caráter da proposta de reforma que ora tramita nesta Casa é de “simplificação”, como o tem afirmado o próprio Ministro Guido Mantega, as empresas brasileiras, sejam do comércio ou da indústria, serão os primeiros contribuintes atingidos diretamente pelas medidas constantes da aludida proposta.

Com efeito, as distorções do atual sistema tributário fazem com que o setor empresarial brasileiro conviva com muitas obrigações acessórias e insegurança jurídica, o que impede a ampliação de sua capacidade produtiva e limita a sua competitividade, o que deverá ser eliminado ou ao menos mitigado pelo novo sistema de tributação proposto na PEC do Governo Federal.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, que tem como algumas das suas atribuições a discussão de assuntos relativos à ordem econômica nacional e às políticas e atividades industriais e comerciais é, pois, fórum competente para, de forma isolada ou em conjunto com outras Comissões, discutir e debater as medidas que formam a Proposta de Reforma Tributária e que atingirão o comércio e a indústria nacional.

Justifica-se, assim, a solicitação de um Seminário, com a presença

de parlamentares federais, de representantes da equipe econômica do governo federal, de representantes da classe empresarial brasileira e da classe dos trabalhadores, para que, tanto os membros desta Casa quanto, de modo geral, a sociedade, possam conhecer com mais profundidade as mudanças na estrutura de tributos propostas pelo Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 5 de março de 2008

**Praciano**  
**Deputado Federal PT/AM**